

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

CNPJ nº 48.651.247/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68	17.127
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	15	11.723	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	98	10
Despesas antecipadas	6	327	16
Adiantamentos a terceiros		4	-
Total Ativo Circulante		12.220	17.153
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	257	-
Intangível	8	4.763	950
Total Ativo Não Circulante		5.020	950
Total Ativo		17.240	18.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e período de 24 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Despesas administrativas	13	(3.237)	(1)
Total dos gastos por natureza		(3.237)	(1)
Receitas financeiras		1.864	46
Despesas financeiras		(15)	-
Total do Resultado financeiro		1.849	46
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.388)	46
Imposto de renda e contribuição social	15.1	(608)	(11)
Lucro (prejuízo) do exercício		(1.996)	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e período de 24 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.996)	34
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	(1.996)	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo de 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Cuiabá" ou "Companhia"), constituída em 24 de outubro de 2022, com sede em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, Brasil, é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE") que tem como atividade principal a realização do contrato de parceria público-privada, na modalidade de concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal, e assessoria em 20 de dezembro de 2022 o contrato de concessão 558/2022/P/MC, onde a CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil") detém 75% de participação da Companhia, sendo uma controladora indireta da Simpar S.A. ("Grupo Simpar"), 1.1. **Contrato de Concessão:** Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não havia registrado o contrato, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional: fase de capacitação dos usuários, com o veículo OCR (veículo de fiscalização) pronto, smartphones e parquímetros instalados, colaboradores capacitados para o posto de atendimento e, o mercado demolido. A Companhia tem previsão de entrar em operação comercial no primeiro trimestre de 2024. 1.2. **Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países. A Administração não identificou impactos em suas atividades, exceto aqueles relacionados à logística global e a estratégia de sustentabilidade. O Grupo Simpar para orientar suas controladas, desde 2022 a marinha Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios. O Grupo também segue o determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE"), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro Sustainability-Linked Bond ("SLB") do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro Sustainability-Linked Bond em reais com liquidações em dólares do país. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A Companhia elabora, divulga e tem auditado por terceira parte seu inventário de emissões que, constantemente aprimorado, engloba os escopos 1, 2 e 3, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. Além disso, a Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo: • Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos dos veículos de monitoramento, assim como campanha de comunicação envolvendo os consumidores que utilizarem o estacionamento rotativo; • O sistema e equipamentos de climatização, hidráulicos e de energia, serão renováveis, seguindo a política de sustentabilidade do Grupo. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do melhor traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. Atualmente não identificamos impactos nas demonstrações financeiras da CS Mobi Cuiabá SPE S.A. 1.4. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.

2.1. **Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"):** demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 20 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeiras (Nota 2.9) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas nas notas explicativas. 2.3. **Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, exceto os juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. 2.5. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estoques no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem de materiais. 2.6. **Intangível:** A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional com previsão de entrada em operação comercial no primeiro trimestre de 2024. Os valores registrados no intangível referem-se aos valores da revitalização das vias e logradouros públicos da região Central de Cuiabá e a demolição e construção do mercado, além de adequação ao estacionamento em relativo dentro do mercado municipal Miguel Sutil, incluindo nessa fase de implementação operacional, a capacidade do sistema de cobrança através da utilização de smartphones e posto de atendimento no estacionamento rotativo. Os custos incorridos para que a estrutura necessária esteja pronta para realização do contrato de concessão são capitalizados. Após a finalização, serão amortizados pelo tempo do contrato de concessão. 2.7. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre o lucro e a relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Companhia contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido no data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023. 2.8. **Provisões Gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.9. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • custo amortizado; quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes do pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, e • Valor justo por meio do resultado ("VJR") quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gere e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA			
Exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e período de 24 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.1	(1.388)
Ajuste para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		7	-
Variação dos ativos e passivos operacionais		730	42
Despesas antecipadas		(311)	(16)
Fornecedores		814	-
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher e recuperar		207	58
Adiantamento a terceiros		(4)	-
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(24)	-
Fluxo líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais		15.2	(1.0)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado e intangível		7 e 8	(4.077)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		-	(11.723)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(15.800)	(950)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de Capital		12	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		12	-
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(17.059)	17.127
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		4	17.127
No final do período		4	68
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(17.059)	17.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e período de 24 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros acumulados	Lucros Total do patrimônio líquido
Saldos em 24 de outubro de 2022		-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	34	34
Integralização de capital	12	18.000	-	18.000
Constituição de reserva	12	-	34	(34)
Saldos em 31 de dezembro 2022		18.000	34	18.034
Prejuízo do exercício		-	(1.996)	(1.996)
Absorção de prejuízo com Reservas		-	(34)	34
Saldos em 31 de dezembro de 2023		18.000	(1.962)	16.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; 2.10 **Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia não possui estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e IFRS e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2/PC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituíram todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos jargões e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. • **Alteração ao IAS 8/PC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros:** as alterações esclareceram a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • **Alteração ao IAS 12/PC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023). 3.1 **Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Apresentação de informações financeiras" para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex. covenant), mesmo que a mensuração contratual do covenantamento fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob condições somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16 "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isso poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidênciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, e em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da futura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte; (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs; (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento e (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (b) e Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Bancos	10	291
CDB - Certificado de depósitos bancários	58	-
Operações compromissadas, liquidez imediata	-	16.836
Total	68	17.127

5. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2023	2022
Títulos públicos - Fundos exclusivos (I)		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	5.171	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	6.044	-
Outros títulos	508	-
Total	11.723	-

(I) O rendimento médio dos papéis alocados em fundos exclusivos e definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas. Durante o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2023 o rendimento médio foi de 13,21% a.a.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	2023	2022
Seguros a apropriar	327	-
Total	327	-

7. IMOBILIZADO

As movimentações nos períodos de finds em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Adições	148	84	32	264
Em 31 de dezembro de 2023	148	84	32	264
Amortização Acumulada				
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Despesas de amortização no período	(5)	(1)	(1)	(7)
Em 31 de dezembro de 2023	(5)	(1)	(1)	(7)
Saldos líquidos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	143	83	31	257
Taxa média de depreciação (%) - no período:	29%	20%	20%	-

8. INTANGÍVEL

As movimentações nos períodos de finds em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	Intangível em andamento (I)	Total
Custo		
Em 31 de dezembro de 2022	950	950
Adições	3.813	3.813
Em 31 de dezembro de 2023	4.763	4.763
Amortização Acumulada		
Em 31 de dezembro de 2022	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	-	-
Saldos líquidos:		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.763	4.763
Saldos em 31 de dezembro de 2023	950	950